

O JOVEM PAULISTA NA VIRADA DO SÉCULO: CASO DE POLÍCIA, “ABORRECENTE” OU VÍTIMA?

Celia Soibelman Melhem*

1. Pressupostos básicos para reflexão
2. O país da desigualdade
3. Jovens: trabalho duro e pouco estudo
4. Juventude morrendo no anonimato
5. Um cotidiano mediado pela violência
6. Mais abonados e mais violentos
7. Estado: colocando o lixo debaixo do tapete
8. Conformismo ou ousadia para mudar: quais os cenários possíveis?

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, professora universitária e membro fundador do Instituto de Estudos de Direitos, Política e Sociedade – IEDIS.



Um depreciativo rótulo social vem sendo colado em boa parcela da juventude brasileira contemporânea, excessivamente associada à violência ou no mínimo a algum tipo de encrenca (briga de *gangs*, excesso de drogas, badernas), em função do aumento de ocorrências policiais em que aparece envolvida. E essa imagem negativa dos jovens vem se enraizando no imaginário popular e mesmo entre autoridades. São cidadãos comuns evitando adolescentes nas calçadas, é o Secretário da Segurança de São Paulo “explicando a periculosidade” juvenil¹: o jovem “é mais aguerrido, tem naturalmente mais agressividade, até por questões biológicas da nossa condição de mamífero. Basta você olhar os crimes mais graves. Verá esse tipo de comportamento principalmente entre os mais jovens”.

Mas convenhamos, se o jovem é aguerrido, em muitos lugares tem se obtido razoável sucesso em canalizar o vigor juvenil para empreendimentos saudáveis como esportes, música ou outras atividades de forte receptividade entre adolescentes. Preocupações com estudo e futura carreira profissional também tem absorvido muitos deles. E não consta que as universidades, que concentram milhares de jovens em alguns metros quadrados, sejam os lugares mais perigosos para a segurança do cidadão. Ao contrário, parece que a ocorrência mais habitual são alunos e professores universitários vítimas de assaltos por estranhos às atividades acadêmicas – evidentemente com exceções que chamam a atenção e confirmam a regra. E quando se pensa em classes menos abonadas – já que os universitários costumam pertencer, no mínimo, à classe média – o mesmo pode-se dizer dos cursos supletivos noturnos, das fábricas ou outras empresas que empregam jovens, ou mesmo da multidão de honestos *office-boys* que circulam com cheques de vultuosas quantias pelas ruas e bancos do país.

Nem sempre, porém, os jovens foram fortemente vinculados à criminalidade. Na politizada década de 60, por exemplo, em muitos países (inclusive no Brasil), parte da energia jovem foi absorvida pela militância política, freqüentemente contestatória, é verdade – e, por conseqüência, combatida pelo pensamento conservador, muitas vezes com truculência – mas minoritariamente de caráter violento. Em rota diversa, na mesma década, o então mundialmente influente movimento da contracultura tinha como lema “paz e amor”. E nem por isso foi pacificamente aceito pelas forças conservadoras². As rebeliões estudantis de Paris, em maio de 68, embora ruidosas, não foram sangrentas, inclusive pelo razoável bom senso de autoridades em um país com democracia consolidada, embora não faltassem conservadores franceses que as considerassem perigosamente revolucionárias. E muitos dos jovens contestadores da época (na França e também no resto

¹ *Folha de São Paulo*, 18 de outubro de 1999, pág 1/7.

² Como destacaram filmes consagrados como *Sem Rumo (Easy Rider)*, em que dois motociclistas que percorriam aventurosamente o país são abatidos a tiros.

do mundo e no Brasil) se transformariam em destacados líderes políticos ou sindicais nas décadas seguintes, assumindo papel influente na consolidação ou no aperfeiçoamento da democracia em vários países, como no Brasil. Militância quando jovem, freqüentemente funciona como uma escola de política, e ausência dela pode resultar em uma despolitização perigosa para a vida democrática³.

Assim, se os jovens não são intrinsecamente “perigosos” para a sociedade, como insinua alguns, o dilema que se coloca é pensar porque eles estão sendo estigmatizados como violentos e/ou drogados, em que circunstâncias o vigor juvenil tende para a delinqüência, qual é o perfil básico e a efetiva ocorrência social desta delinqüência e o que ela representa de fato na sociedade brasileira contemporânea, com ênfase na paulista. E, uma vez colocada em suas efetivas proporções qualitativas e quantitativas, buscar maneiras adequadas de lidar com a delinqüência juvenil.

Minha hipótese para reflexão neste artigo, no caso das políticas de segurança pública brasileiras, é que com a permanência do pensamento conservador como força predominante à testa delas e nos postos influentes da sociedade – além de gerar crescente descrédito popular em relação à política e aos direitos do cidadão – favorece a que decisões e pressões sociais bem aceitas tendam a apresentar caráter eminentemente repressivo e esta não tem se revelado a melhor resposta à rebeldia do jovem. Esse predomínio conservador nos postos públicos influentes – e não apenas na área de Segurança Pública – é uma das características marcantes de uma sociedade altamente excludente e concentradora de renda, como a brasileira, que conviveu anos com governos autoritários, substituídos, a partir da democratização da década de 80, por governos de coalizões partidárias de centro-direta, que desenvolveram políticas públicas insuficientes e/ou inadequadas para reverter o quadro social de baixo desenvolvimento humano do país, já que não priorizaram políticas sociais transformadoras da injusta realidade nacional. E além do governo e das elites, boa parcela do restante da sociedade civil também tem sido majoritariamente um ator conservador no tocante à segurança pública, limitando-se a clamar por mais polícia e repressão, quando não abraça bandeiras como a pena de morte ou incentiva justiceiros.

No campo específico da segurança pública, propostas transformadoras chegam a ser tratadas com a mesma truculência que a rebeldia jovem, independentemente do fato de que as soluções conservadoras – concentradas em reforço quantitativo policial e em repressão, ignorando ações preventivas e desdenhando a cidadania – tem se revelado cada vez mais incapazes de enfrentar adequadamente, sozinhas, a questão da criminalidade no país.

³ Um interessante tema de pesquisa seria a avaliação dos efeitos da despolitização na vida brasileira, a partir dos anos de repressão do regime militar.

Este texto pretende expor o quadro atual da criminalidade juvenil no contexto brasileiro, correlacionando-o com a hegemonia de uma postura repressivo-conservadora no tocante a políticas de segurança pública, tentando avaliar as possibilidades de implantação de caminhos transformadores que, além do aperfeiçoamento da ação policial e da Justiça, visem diminuir a delinqüência juvenil através de uma melhor inserção social do jovem.

1. PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA REFLEXÃO

Uma análise que valorize soluções transformadoras – em termos de eficiência e eficácia – para a segurança pública, deve considerar necessariamente os seguintes pressupostos:

- Cabe ao Estado, e esta é a razão primeira de sua existência, *garantir a segurança pública do cidadão*, tendo, para isto, o monopólio social da força organizada;
- Segurança pública é um conceito que, no tocante às ações do Estado, **não pode se limitar ao uso do monopólio da força organizada**, mas deve se constituir em um **complexo de ações públicas** indispensáveis à **garantia da cidadania**: segurança pública e direitos da cidadania são conceitos inseparáveis;
- Segurança pública é uma questão complexa, que excede amplamente as fronteiras das políticas públicas repressivas ou essencialmente apoiadas na ação policial, bem como em aperfeiçoamentos da legislação penal;
- Políticas públicas – preventivas e curativas – de socialização e de reforço do tecido social, sintonizadas com a ação policial e com aperfeiçoamentos da legislação vigente, costumam ser mais eficientes, a médio prazo, do que ações somente de caráter repressivo;
- Conjunturas sócio-econômicas desfavoráveis, baixa renda e pobreza repercutem em eventuais aumentos das taxas de delinqüência social, sobretudo entre os jovens, mas o que efetivamente pressiona são os níveis de **desigualdade social** predominantes, sobretudo em modernas sociedades de consumo e de forte influência da mídia, escancarando quotidianamente essas desigualdades.

Essas premissas colocam o Estado como ator decisivo na área de segurança pública que, por sua vez, é decisiva para a questão da cidadania. Por conseqüência, o combate à criminalidade não pode prescindir de reflexões sobre a ação do Estado em uma dada sociedade, e esta reflexão, no tocante ao Estado de São Paulo e seus jovens, é o que este texto pretende alimentar.

2. O PAÍS DA DESIGUALDADE

O Brasil é o país da exclusão social, inclusive quando comparado com seus vizinhos latino-americanos⁴, e de desigualdades⁵ evidentes em todos os patamares.

O cenário de má distribuição de renda (brasileira e paulista) é profundo. No Brasil, os 50% mais pobres ganham 14,5% dos salários pagos, enquanto o 1% dos mais ricos concentram 45,7% da massa salarial do país. E nas regiões mais pobres a concentração é maior. O país se desenvolveu na década de 90, porém os mais ricos sempre lucraram mais que os mais pobres – e mesmo que a classe média. E em épocas de descenso econômico, os extratos mais favorecidos perderam menos que os demais. **A década apresentou, portanto, “uma nítida evolução do grau de desigualdade de renda”⁶, transformando a distribuição de renda urbana brasileira na mais desigual do continente:** em 1996, os 40% mais pobres recebem 10,5% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 44,3% dela⁷. De 1989 a 1999, o rendimento do brasileiro caiu 7,1%⁸, entrando na nova década “como o mais baixo já visto fora do período recessivo de 90 a 93”. O rendimento médio do trabalhador empregado foi de 3.7 salários mínimos.

⁴ Segundo o Informe de 1988 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD sobre o Índice de Desenvolvimento Humano–IDH, considerando os fatores de renda, educação e saúde, o Brasil **caiu** para a categoria **país de desenvolvimento humano médio** (perdendo 17 pontos de posição, em 3 anos), ficando colocado em **79º lugar** na escala mundial. Na América Latina, está abaixo do Chile (34º), da Argentina (39º), do Uruguai (40º), da Venezuela (48º), da Colômbia (57º) e do Equador (72º); quase empatado com o Peru (80º) e bem próximo do Paraguai (84º). E isto apesar de apresentar uma performance econômica muito elevada, se comparada com esses mesmos países.

⁵ Começa com as grandes diferenças econômicas entre regiões: em 1996, o PNUD apontou a existência de **três «Brasis»**, que apresentam Índices de Desenvolvimento Humano–IDH desde os mais elevados, em comparação com os parâmetros internacionais, até chegar a situações de vida abaixo da linha de pobreza. Em termos comparativos, o IDH de Rio Grande do Sul é parecido com o da República Checa, enquanto o da Paraíba está abaixo do africano Lesoto. São Paulo se situa na chamada **região Sul** – constituída pelos 7 estados do sul e do sudeste brasileiros, mais o Distrito Federal –, que apresenta nível de desenvolvimento humano superior. Ainda que escape da carência aguda do norte-nordeste do país, abriga substancial pobreza urbana que, no caso brasileiro, acusa elevado índice de concentração nos grandes centros, especialmente na cidade de São Paulo, que possui cerca de 5,1 milhões de miseráveis. Na região metropolitana de São Paulo, entre 1989 e 1999, houve uma queda de rendimentos da ordem de 29,9% entre 10% mais pobres (além de 19,8 % entre os 10% mais ricos). E o desemprego permanece muito alto: em setembro de 1999, 1.760.000 pessoas estavam sem emprego na Grande São Paulo, 19,7% da mão de obra ativa, um recorde histórico. É o reflexo do quadro econômico negativo que envolve o país no final da década de 90. Esses dados contrastam com o fato do Estado de São Paulo apresentar o terceiro IDH em qualidade do país – perdendo apenas para Rio Grande do Sul e Distrito Federal –, sendo o segundo em renda *per capita* e escolaridade (em ambos os casos, atrás do DF), contrastando com seu 11º posto em esperança de vida.

⁶ Santos, Antônio Vieira, *El Informe sobre el desarrollo humano en Brasil*, Revista Instituciones y Desarrollo n.º3, PNUD/Internet.

⁷ Entre 1993 e 1996, diminuiu em 1% a participação dos mais pobres, e aumentou em 1,1% a dos mais ricos na renda.

⁸ Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar–PNAD, 1999, in *Folha de S.Paulo*, pag B1, 21 de julho de 2000.

Em São Paulo (agosto de 1999), o **maior** rendimento da faixa dos mais pobres corresponde a 8,5% da **menor renda** entre os mais ricos. Em países latino-americanos vizinhos, a diferença é menor: no Uruguai, por exemplo, os mais pobres tem 22,9% da renda, e os mais ricos 25,8%, ao mesmo tempo que vem crescendo a participação dos primeiros.

A taxa de desemprego urbano brasileira cresceu de 4,5% para 8,1% entre 90 e 97. “A desocupação cresceu em todas as regiões do país, tanto entre homens como entre mulheres. Isso significa que a economia não está dando conta do crescimento da força de trabalho...O índice de desocupados foi mais alto nas áreas urbanas da região Norte (11,4%), seguida pelo Sudeste (11,2%)”⁹. No caso dos jovens, além de dificultar a sua entrada no mercado formal de trabalho, a falta de emprego para os pais afeta toda a renda familiar, restringindo ainda mais sua qualidade de vida e suas perspectivas educacionais e profissionais.

3. JOVENS: TRABALHO DURO E POUCO ESTUDO

Jovens de 10 a 19 anos correspondem a 18,9% da população da Grande São Paulo (1998). Somados aos 16,6% de crianças de 0 a 9 anos, verifica-se que praticamente **1/3 da população da região é extremamente jovem**. E são muitos jovens prematuramente convocados para o trabalho, o que repercute negativamente no processo de escolarização: 1/3 dos jovens brasileiros entre 13 e 17 anos trabalham¹⁰, índice que, na América Latina, só está acima do paraguaio (31,4%)¹¹. E certamente só conseguem trabalhos de baixa qualificação e rendimentos reduzidos.

Por conseqüência, a participação e o progresso escolares ainda são críticos em São Paulo, permanecendo, em 1996, uma taxa de analfabetismo de 10,2%¹². Apenas 10,6% da população estudam 12 anos ou mais, para 33,3% que só cursam de 1 a 4 anos, e 28,2% de 5 a 8 anos. Logo, **mais de 60% das pessoas não alcançam o Ensino Médio**, embora a partir de 1996 esteja aumentando a demanda por ele em São Paulo. **A maior procura, entretanto, é para o período noturno**¹³, confirmando o ingresso precoce no mundo do trabalho, e em condições profissionais adversas.

E no caso da “elite” juvenil que freqüenta a escola, não se pode desconsiderar as deficientes condições pedagógicas e mesmo ambientais de

⁹ Fonte: IBGE—Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar—PNAD, 1999, in *Folha de S.Paulo*, pag **B1**, 21 de julho de 2.000.

¹⁰ Cepal, *Panorama Social da América Latina 1998*, dados para 1995, Internet.

¹¹ No Chile esta porcentagem é de 4,6%, na Argentina 9,6% e no Uruguai 14,7%.

¹² Em 1995, a taxa brasileira de analfabetismo era de **16,7%** (IDH) e a dos países de grande desenvolvimento humano era de 4,3%.

¹³ Fonte: SEE/CIE, *Ensino Médio, Contribuição para Futuros Estudos*, 06/98, mimeo, pag.10.

muitos estabelecimentos de ensino público, freqüentados pela maioria, principalmente os situados em bairros periféricos das metrópoles. Em muitos casos, a realidade escolar (aulas sem atrativos, faltas constantes de professores com duplo emprego, etc.) desestimula o interesse pelo estudo, além de forçar o convívio em ambientes degradados (poucos equipamentos escolares, espaços físicos destruídos, banheiros abandonados, etc.)¹⁴.

4. JUVENTUDE MORRENDO NO ANONIMATO

O Brasil e especificamente São Paulo vêm assistindo a um incremento da violência social. Frise-se a palavra violência – e não delinqüência. E esta é uma diferença relevante. Eis alguns fatos:

- Segunda a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, no primeiro semestre de 1999, **diminuiu o número de roubos e furtos**¹⁵, mas **aumentou o de homicídios**¹⁶ e os roubos e furtos de veículos, o que pode ser visto como sintoma de mais violência social e expansão do crime organizado (na área de veículos), revelando um perfil de criminalidade ascendente que não corresponde automática e simplisticamente ao binômio miséria = crimes contra o patrimônio, embora entre os bairros da Capital mais violentos estejam os periféricos pobres (como Capão Redondo, Parelheiros etc.), mas em função de outros mecanismos perversos da pobreza, que serão mencionados mais adiante;
- Durante a década de 80, as taxas de homicídio brasileiras cresceram de 11,5 para 19,7 por 100 mil hab.. Na América Latina, só a Colômbia bate a taxa nacional brasileira (89,5 no início dos anos 90). Parceiros do

¹⁴ Correlacionando condições ambientais de estabelecimentos de ensino e rendimento escolar, recente pesquisa de Julio Jacobo Waiselfisz (Unesco) em 440 escolas revela que, em países como o Brasil, no qual nem todas as escolas possuem o mínimo de equipamentos necessários, o ambiente escolar influencia diretamente o rendimento dos alunos: **a proficiência aumenta na medida em que cresce o número de ambientes escolares disponíveis**. E em países não desenvolvidos (conforme revela o Banco Mundial), o impacto da escola é elemento decisivo na formação dos alunos – enquanto que, em nações ricas, os pais seriam os elementos mais determinantes, já que todas as escolas estão minimamente equipadas. Por conseqüência, em nações como o Brasil, mais decisiva ainda é a importância das políticas sociais e do desempenho do Estado na socialização juvenil, com ênfase na área de Educação, cuja rede pública atende à esmagadora maioria dos jovens brasileiros. É bem possível que uma melhora sensível na oferta de serviços e espaços nas escolas públicas – além do aperfeiçoamento didático-pedagógico – tenha imediata repercussão nas escolhas existenciais dos jovens paulistas, inclusive nos níveis de adesão à delinqüência. E certamente o mesmo pode-se dizer de outras políticas públicas – como as de lazer, esportes, cultura, transportes, conservação e iluminação de vias públicas, etc.– a espera de uma vontade política que as priorize.

¹⁵ Diminuição de -2,5% e -1,5% nos roubos e de -3,7% e -5,9% nos furtos, entre julho e agosto de 1999, na Grande São Paulo e na Capital, respectivamente.

¹⁶ Aumento de +1,3% e +2,5%, na Grande São Paulo e na Capital, no mesmo período.

Mercosul (Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai) apresentam valores bem inferiores. No Estado de São Paulo, o crescimento da violência tem sido tão grande que se tornou a principal causa de mortalidade entre homens de 15 a 44 anos. De 1980 a 1997, a taxa anual de homicídios por 100 mil habitantes cresceu 212%, indo de 12,27 para 38,21¹⁷;

- Levantamento realizado em 49 países, pela Comissão sobre Prevenção de Crimes e Justiça Criminal da ONU, classificou **o Brasil como líder mundial em crimes cometidos com o emprego de armas de fogo**: campeão de mortes (agregado de homicídios, acidentes e suicídios), com 26,97 ocorrências por grupo de 100 mil hab.; e de roubos e assaltos realizados com armas, 127,35 casos por 100 mil hab¹⁸;
- A Cepal¹⁹ detectou como os três principais problemas de segurança nas cidades brasileiras, em 1998: 1) matanças e chacinas em conseqüência da guerra entre traficantes de drogas; 2) tráfico de drogas entre as escolas e entre adolescentes; 3) roubo a bancos e a transportes de cargas.

Nossos jovens estão, portanto, no olho do furacão e, como se percebe, alguns em promiscuidade com o crime organizado, tanto no tráfico de drogas, como em quadrilhas de assaltos a bancos e veículos. Não se está mais lidando, portanto, apenas com o ladrãozinho pobre que bate uma carteira e sai correndo. São quadrilhas organizadas, armadas e profissionais e que atuam muito próximo à juventude, pois freqüentemente envolvidas com tráfico de drogas. Além de representarem uma “oferta de emprego” bem remunerado²⁰ em um mercado de trabalho pouco atrativo para os adolescentes.

O excludente modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tem se revelado, portanto, muito eficiente em transformar **camadas da população em solo fértil para a criminalidade**.

A sociedade brasileira contemporânea apresenta uma grande *gap* entre as expectativas e as reais possibilidades sócio-econômicas oferecidas aos filhos das classes populares, ou mesmo da classe média empobrecida, que é um bom caldo de cultura para a violência: o roubo pode se apresentar como uma alternativa ao trabalho, dentro de um modelo imediatista de conduta, típico de jovens – para que vou me esforçar para estudar e trabalhar, e depois ganhar uma miséria? Este pode ser tanto o raciocínio de um trabalhador de salário mínimo, quanto o de um

¹⁷ Andrade, Mônica Viegas (Universidade Federal de M.G.-UFMG) e Lisboa, Marcus (Fundação Getúlio Vargas – FGV/Rio), in *Estado de São Paulo*, pág C1, de 09/07/2000.

¹⁸ Entre crimes considerados graves, o Brasil só não é campeão no item assaltos sexuais com coerção de arma de fogo, categoria mundialmente liderada pela África do Sul.

¹⁹ Cepal, *Encuesta sobre seguridad ciudadana dirigida a las autoridades de 23 ciudades de América Latina y el Caribe, 1998*, in *Panorama Social da América Latina*, Cap. VI, 1999.

²⁰ “Avaliação de assistentes sociais apontam para ganhos diários de iniciantes no tráfico que podem ir facilmente além dos R\$100,00 por dia”(Estado de São Paulo, 9 de julho de 2.000, pág C3).

futuro médico da rede pública de saúde. E no caso dos que habitam em territórios físicos e sociais em que impera a lei do mais forte, esta idéia pode resultar em condições selvagens de vida social, contexto que a ampla disseminação de armas de fogo certamente tem favorecido.

Como contrapeso, qual é o modelo de comportamento positivo (ídolos, ideologias, personalidades, lideranças) que tem contrabalançado, entre os jovens, o desencanto com o sistema e atuado como antídoto a escolhas imediatistas, como a criminalidade? Pesquisas revelam que cantores de pagode, jogadores de futebol e grandes astros de TV são as personalidades mais admiradas pela adolescência brasileira. Além dos visíveis limites para a ampla multiplicação dessas opções de vida na sociedade brasileira atual, o fato revela a importância exacerbada da grande mídia na formação dos adolescentes. E este é um fator muito preocupante, tanto quando se considera a má qualidade didática da grande mídia nesta virada do século, como quando se percebe que ela talvez esteja deixando em segundo plano a escola e a família como influências fundamentais na socialização do indivíduo – o que certamente é facilitado por problemas atuais destas instituições: escolas inadequadas, famílias desestruturadas ou também extremadamente sensíveis a idéias, hábitos e ídolos divulgados pela mídia, ou ainda desprovidas de ferramentas adequadas para inculcar valores sólidos em seus filhos, em função de suas próprias carências neste campo.

Mas é preciso ter sempre presente que não se pode fazer uma correlação simplista entre pobreza e criminalidade, pois são inúmeras e diversificadas as causas que estimulam violência social e, dependendo de cada localidade, elas têm pesos diferentes. Se os jovens mais pobres aparecem nas estatísticas oficiais como vítimas mais freqüentes da violência, isto pode resultar também do fato da polícia ser mais ausente e ineficiente na proteção dos moradores de regiões em que habitam e circulam pessoas carentes. Desmentindo correlações simplistas entre pobreza e crime, a maioria dos pobres tenta viver sua pobreza com dignidade, como atestam a existência de milhões de pobres no Brasil, enquanto os números de ocorrências criminosas referem-se a não mais do que uns milhares de bandidos. Por outro lado, não tem sido poucos os exemplos de violência entre jovens mais abonados, como bem ilustram “trotos” universitários com morte, vitimando calouros de faculdades de elite de São Paulo²¹.

Recente pesquisa²² focada nas correlações entre situação sócio-econômica e criminalidade, no Brasil, constatou que crises econômicas empurram os mais jovens para o crime, embora “não tire o adulto da vida honesta...É o filho adolescente dele que é empurrado para o crime”. E, pior ainda, “adolescentes, quando

²¹ É o caso da ainda não esclarecida morte por afogamento de um calouro da Faculdade de Medicina da USP, durante o “trote”, no início de 1999.

²² Andrade, Mônica Viegas (Universidade Federal de M.G.-UFMG) e Lisboa, Marcus (Fundação Getúlio Vargas_FGV/Rio), in *Estado de São Paulo*, pág C1, de 09/07/2000.

optam pelo crime, quase nunca retornam à vida de estudo e trabalho honestos, mesmo quando a economia se recupera”. Como arremate, os pesquisadores destacam que, com a melhora da economia, “as ondas de violência vão caindo lentamente, à medida que os jovens criminosos vão matando uns aos outros,... Na prática, é como se fosse uma pena de morte informal”. Em muitos casos, a polícia seria a responsável pelas mortes.

Quando esse ciclo atinge filhos de classes mais abastadas, é amplamente divulgado e acarreta reações sociais; quando envolve os mais pobres, as mortes não despertam grande interesse nem da mídia nem de organizações sociais influentes. E jovens carentes vão morrendo no anonimato. Nada se faz na área preventiva e, uma vez envolvido na malha dos desvios comportamentais, ao adolescente pobre geralmente só resta tentar adiar sua morte.

5. UM COTIDIANO MEDIADO PELA VIOLÊNCIA

Documento²³ elaborado pelo Banco Mundial²⁴ - BIRD - considera a atual evolução da violência social com muita apreensão, acreditando que os aumentos dos índices de criminalidade e violência nas Américas já estariam assumindo um caráter de epidemia.

Esta concepção de violência como epidemia social parte do princípio de que um fato social complexo não se expande linearmente, mas em ciclos, semelhantes aos observados em epidemias, cuja explosão obedece “ao princípio do *tipping point*, ou seja, do momento em que o líquido transborda.(.....) De repente, um aumento milimétrico da inclinação (de uma garrafa com líquido, por exemplo) pode produzir um dilúvio inesperado... completamente fora de proporção com o último gesto. O ponto onde isso acontece é o *tipping point*” (Calligaris, 1996)²⁵.

Embora todas as camadas da população acabem vitimadas pelo quadro epidêmico de violência, **as grandes vítimas têm sido os grupos em situação de maior vulnerabilidade social**: o documento do BIRD destaca uma maior incidência desta moléstia entre jovens e contra mulheres – considerados como grupos de risco – das camadas mais carentes da população. Adolescentes pobres costumam aderir (ter seu *tipping point*) à violência e à criminalidade no momento

²³ Apresentado em seminário promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID: “O Desafio da Violência Criminal Urbana”, Governo do Estado do Rio de Janeiro e BID, Rio de Janeiro, Março de 1997.

²⁴ The World Bank, *Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean*, Rio de Janeiro, Março de 1997, mimeo.

²⁵ Calligaris, Contardo; “A praga escravagista Brasileira”, in *Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 1996, mencionando artigo de Malcolm Gladwell, do *The New Yorker*, de 3 de julho de 1966.

em que algum fator os leva a desacreditar nas regras do jogo, transformando a violência em principal mediadora de suas relações sociais cotidianas.

Complementando essa linha de raciocínio, Pinheiro²⁶ destaca que “em São Paulo e na maior parte das metrópoles latino-americanas, há uma correlação positiva entre as comunidades pobres e a mortalidade por causa violenta (.....) a população vive em moradias precárias, com insegurança no acesso ao trabalho, à renda e aos serviços básicos. Além disso, o Estado, em particular as agências encarregadas da ordem e da pacificação estão ausentes nessas pré-cidades, os excluídos abandonados socialmente a sua sorte.” É neste estado de coisas que **a violência pode passar a intermediar as relações sociais**, pois “sempre que o monopólio da violência física legítima do Estado se afrouxa, a sobrevivência do indivíduo depende da capacidade de manter sua reputação por meio de uma ‘ameaça crível de violência’”. **Quando as “restrições sociais são relaxadas, e a violência é considerada um meio usual de resolução de conflitos, recorrer a atos de violência para resolver disputas na verdade pode ser encorajado”**; uma mera afronta cotidiana pode assumir importância dentro dos mecanismos de manutenção de reputação e *status* face à comunidade. Este seria o processo perverso em desenvolvimento acelerado nas metrópoles do Brasil que, cada vez mais, expõem sintomas de violência em suas relações sociais²⁷, com mais impacto entre os jovens. Uma média de 102 deles, entre 15 e 24 anos, são assassinados para cada grupo de 100 mil habitantes da mesma faixa etária na cidade de São Paulo; e entre os mais pobres os números atingem proporções alarmantes, chegando a 222 jovens por 100 mil habitantes, o que equivale a mais de dez vezes a média nacional de homicídios ou quatro vezes a de São Paulo²⁸.

E a situação parece ainda mais crítica quando se sabe que o Brasil é um país rejuvenescido: o percentual de jovens cresceu tanto nos últimos 30 anos, que alterou a pirâmide populacional tradicional, aproximando-a da forma de cone, com a base mais estreita, uma vez que desde 1970 o índice de crescimento da população vem declinando. Correspondem a mais de 20% da população brasileira.

E como são diversas as causas dessa endemia social que contamina adolescentes, trata-se de um fenômeno complexo que, como destacam inúmeros especialistas, **não pode ser combatido com uma só vacina e/ou remédio universal** – como a Polícia, por exemplo.

²⁶ Pinheiro, Paulo Sergio; in *Folha de São Paulo*, 22/09/1996.

²⁷ Para informações sobre o tema leia: Zaluar, Alba; Albuquerque C.N; Noronha, J.de Carvalho; “Pobreza não gera violência”, in *Ciência Hoje*, Vol.20, nº115, nov.1995, e Camargo, A.B.M.; Ortiz, Luiz P., Fonseca, L.M.; “Evolução da Mortalidade por Acidentes e Violências em Áreas Metropolitanas”, in Monteiro, C.A (org.), *Velhos e Novos Males de Saúde no Brasil, Huicitec/Nupens/USP, S.Paulo, 1995*.

²⁸ Pinheiro, Paulo Sergio; “As relações Criminosas”, in *Folha de S. Paulo*, 22 de Setembro de 1996.

6. MAIS ABONADOS E MAIS VIOLENTOS

O Perfil do Jovem Infrator paulista, traçado a partir dos internos da Febem²⁹ (que abriga 45,8% dos internos de todo o país), revela que eles **são bem mais abonados** e socialmente inseridos do que pobres meninos de rua:

- 96,4% deles **são homens**;
- 60% **brancos** (para 21% de negros e 19% de pardos);
- 75,5% **tem família** e apenas 20% moravam nas ruas. Mas 50% só tem a mãe – 47% desses foram abandonados pelo pai e 26% são órfãos de pai –, e 11% só tem pai – 40% dos quais foram abandonados pela mãe e 42% são órfãos de mãe;
- Só 7,2% tem família com renda inferior a **1 SM**, e **27,1% apresentavam renda familiar acima de 7 SM**;
- 66,8% habitavam em **imóvel próprio**, e 77,7% em moradia com **infraestrutura completa**. 86% tem geladeira, 78% TV a cores, 65% aparelho de som, 21 % carro e 4,5% computador;
- Apenas 14,6 % dos **pais estão desempregados**;
- 12,3% dos pais são **analfabetos**, taxa próxima à média nacional.

No tocante às infrações cometidas, apresentam as seguintes características:

Jovem Infrator Detido, por Faixa Etária Estado de São Paulo, Setembro de 1999

Idade	%
12 a 13	1,6
14	4,8
15	11,8
16	24,5
17	34,4
18	18,4
19	3,2
20	0,4
21	—
Indeterminado	0,9
	100,0

Fonte: Febem, 1999

Jovem Infrator Detido, por Faixa Etária Estado de São Paulo, Setembro de 1999

Local	Primeira internação n°	%	Segunda internação n°	%
Capital	886	36,4	942	63,1
GSP	608	25,0	178	12,0
Interior	941	38,6	370	24,9
TOTAL	2.435	100,0	1.493	100,0

Fonte: Febem, 1999.

Origem do Jovem Infrator Estado de S. Paulo, Setembro 1999

Origem	%	Origem	%
Capital	46,3	Interior	34,7
Resto GSP	18,8	Outra UF	0,1
Indeterm.	0,1	Total	100,0

Fonte: Febem, 1999.

²⁹ Folha de São Paulo, 26/09/99.

FEBEM: MOTIVO DE INTERNAÇÃO
Estado de São Paulo, Setembro de 1999

Motivo	Nº	%
Roubo	2.360	60,1
Furto	269	6,8
Quebra de Medida	221	5,6
Tráfico de Drogas	218	5,5
Homicídio	197	5,0
Furto qualificado	142	3,6
Latrocínio	116	3,0
Porte de Arma	93	2,4
Tentativa de Homicídio	69	1,8
Porte ou Uso de Drogas	31	0,8
Estupro	29	0,7
Receptação	18	0,5
Atentado Violento ao Pudor	18	0,5
Lesão Corporal com Morte	14	0,4
Agressão	12	0,3
Falsidade Ideológica	9	0,2
Lesão Corporal Grave	7	0,2
Dano ao Patrimônio	7	0,2
Extorsão	7	0,2
Seqüestro	7	0,2
Extorsão mediante Seqüestro	6	0,2
Ameaça de morte	5	0,1
Estelionato	4	0,1
Violação de domicílio	4	0,1
Desvio de Conduta	3	0,1
Não Determinado	62	1,6

Fontes: Febem, in *Folha de São Paulo*, 26/09/99.

Os internados na Febem, porém, representam apenas **em torno de 6 a 7% do total de infrações julgadas pelo Tribunal de Justiça**. A maioria dos infratores é sentenciada a outros tipos de medidas sócio-educativas, conforme a tabela a seguir:

Penas Aplicadas pelo Judiciário
Estado de São Paulo
1995-99
em%

Ano	Nº Infrações Julgadas	PENAS						
		Perdão	Advertência	Liberdade Assistida	Prestação de Serviços	Internação	Semi-Liberdade	Reparação de danos
1995	45.916	37,1	32,2	14,0	7,0	5,7	2,8	1,2
1996	47.480	37,2	32,5	15,4	7,4	5,4	1,1	1,0
1997	52.051	38,6	29,6	15,5	9,4	5,7	0,6	1,1
1998	56.130	41,0	25,2	15,2	9,7	7,1	0,8	1,0
1999(*)	38.931	43,1	22,5	14,4	12,0	6,2	1,2	1,0

Fonte: Febem e Faculdade de Saúde Pública da USP, 1999, in *Folha de São Paulo*, 31/10/99, pág 33.

(*) Até 31/6/99.

Desde 1995 tem ocorrido, portanto, um aumento constante do número de infrações, mais acelerado a partir de 98 e explodindo em 99. Mesmo assim, como em 1998 o número de jovens de 10 a 19 anos no Estado era de 6.590.420 (Fundação Seade), ao falar dos que cometeram infrações, está se referindo a cerca de **0,85%** dos jovens paulistas, em torno de 7% dos quais serão internados, ou seja, **0, 60%** da juventude de São Paulo. **Isto evidencia que o verdadeiro temor da sociedade, quando se menciona a violência juvenil contemporânea, é sobretudo um problema qualitativo – os níveis de violência exibidos por alguns** (em roubos, homicídios) – e não quantitativo. E resulta mais da repercussão pública de casos em que jovem assaltante não hesita em metralhar vítima desarmada, do que da preocupação com as terríveis chacinas de jovens em favelas ou escolas pobres da periferia. Reflete sobretudo a sensação generalizada de que a polícia é incapaz de reprimir e prevenir qualquer um desses eventos, deixando a população largada a sua própria sorte. Moral da história: tem segurança quem a compra ou a conquista “na marra”.

7. ESTADO: COLOCANDO O LIXO DEBAIXO DO TAPETE

É inviável apresentar, no espaço de um artigo, um diagnóstico aprofundado sobre instituições públicas responsáveis pela Segurança Pública, inclusive porque demandaria pesquisa especial para suprir a falta de levantamentos sistemáticos sobre elas. Mas é válido tentar uma breve reflexão a partir das informações disponíveis, atitudes e providências que iluminam algumas pistas sobre a atuação daqueles órgãos.

No tocante à segurança pública, os últimos 15 anos assistiram a uma mudança estrutural no perfil dos conflitos predominantes que envolvem a atuação do Estado, em comparação com as décadas de 70 e início de 80. Encerrado o período autoritário, com seus desmandos, militarização na área de Segurança Pública e confronto bipolar truculento do Estado com contestadores do regime, observa-se a permanência de muitas dessas distorções – truculência e pouca sintonia com os conceitos de cidadania e comunidade – nos órgãos públicos encarregados da segurança pública. Mas socialmente predomina uma violência de tipo difuso, uma multipolaridade na qual o Estado é apenas um dos muitos atores destacados, que vem encontrando dificuldades de ajuste e para impor a lei. A debilidade, falta de coesão e incompetência que vem expondo, e não só na área exclusiva de Segurança Pública (polícia, presídios etc.), **não tem permitido ao Estado impor uma mediação pacífica dos conflitos sociais traduzidos em criminalidade, nem o adequado respeito à cidadania.**

Entre outras conseqüências nefastas, essas deficiências do poder público tem estimulado a “privatização” da segurança, com ricos pagando por ela e entrincheirando-se em guetos, enquanto em bairros pobres acaba se impondo a lei do mais forte, disseminando-se a justiça pelas próprias mãos – com extermi-

os, justiceiros e outras práticas terríveis similares, algumas delas com participação “extra-oficial” de elementos da própria polícia.

Não que tudo isto seja novo no Brasil. O regime autoritário não esteve imune à corrupção e à inoperância na área de Segurança Pública – ao contrário, muitas distorções atuais são heranças daquele período – ocorre que a cobrança – assim como a desilusão – por uma Justiça e uma polícia eficientes e que respeite a cidadania, bem como por políticas sociais adequadas, certamente é muito maior e socialmente mais visível em relação a governos democraticamente eleitos. Da mesma forma, com o término da censura, ficam acessíveis para toda a população informações que expõem publicamente os fatos.

Judiciário

Responsáveis pelo julgamento de atos infracionais cometidos por jovens, observa-se que as Varas da Infância e da Juventude têm exibido uma postura de evitar internações – que correspondem, em 1999, a entre 5 e 7 % dos casos julgados. Muitas ocorrências são perdoadas (cerca de 43%) ou limitam-se a receber advertências (cerca de 20% dos casos). Também se observa um aumento de 1/3 das penas de prestação de serviços, sugerindo uma outra tendência do Judiciário.

O Tribunal de Justiça também tem ensaiado algumas medidas modernizadoras dos serviços das Varas da Infância e da Juventude, tentando, por exemplo, planejar mais adequadamente, pelo menos no tocante a avaliação e melhor distribuição de recursos humanos, os serviços sociais oferecidos e as informações que eles geram. Estas iniciativas, entretanto, tem esbarrado em obstáculos e caminham lentamente³⁰.

Governo do Estado

Menores infratores condenados a internação tem sido entregues à Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM, órgão do Executivo Estadual.

A verba anual orçamentária prevista para a Febem, em 1999, foi de R\$171.123.474,00, o que significa uma previsão de custo mês do interno de R\$1.717,76. Mesmo assim, as unidades de internamento são superlotadas, o que se acentuou a partir de 1995. Em setembro de 1999, com rebeliões eclodindo, havia 1.366 internos (95,03% destes na Capital) além da capacidade de 3.276 vagas das unidades. O aumento da oferta de vagas não tem acompanhado, portanto, a demanda social.

³⁰ Falta o básico, uma rede computadorizada que acompanhe, *on line*, os serviços em seu movimento e quanto ao perfil da clientela. Definida e testada a planilha suporte do Sistema de Informações dos Serviços Auxiliares das Varas, o projeto aguarda recursos.

O mesmo descompasso pode ser observado com os recursos humanos da Febem. Desde 1995 houve um aumento de apenas 16% no quadro de pessoal, forçando cada monitor a cuidar de mais internos a cada ano. Cerca de 4.186 funcionários trabalham na instituição, incluindo em torno de 1.718 monitores, com escolaridade de 2º grau³¹. Com o aumento da escolaridade dos internos, emerge um novo problema na instituição, quando se pensa em obstáculos para que os monitores se imponham aos detentos, sem uso da força.

Os recursos materiais também não cresceram na proporção da demanda: 39,8% de aumento de recursos para 70% de elevação da demanda³².

Conseqüentemente, as condições de internamento exibem desleixo, superlotação, ambiente inadequado à ressocialização, ainda que o gasto seja elevado. Boa parte dos internos fica simplesmente depositada ociosamente na instituição, já que apenas 23% fazem curso de iniciação à profissionalização e 64% cursam o ensino fundamental³³. Não se pode afirmar que haja respeito integral ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

As crescentes fugas e rebeliões são mais um sintoma das inadequações da Febem:

**Número de fugitivos por ano da Febem
Estado de São Paulo
1995-99(**)**

<u>Ano</u>	<u>Fugitivos</u>
1995	861
1996	836
1997	1.378
1998	1.217
1999	2.252

Fonte: Febem, in *Folha de São Paulo*, 31/10/99.

(**) Até setembro de 1999.

Depois de cinco anos consecutivos de governo estadual da mesma coligação partidária (comandada pelo PSDB), marcados por alguns episódios sangrentos, em 1999 a administração do Estado passa a assumir publicamente um discurso por mudanças na Febem, acenando com a descentralização das unidades de internamento pelo Estado e com a possibilidade de, a longo prazo, trabalhar com unidades menores e efetivar uma triagem adequada por faixa etária e periculosidade

³¹ Recebem salário base médio de monitor de R\$701, 27, que pode dobrar com as horas extras (os do horário noturno ganham mais).

³² *Folha de São Paulo*, 31/10/99.

³³ Na Funcap do governo do Pará, por exemplo, este índice é de 90%.

dos jovens internos. São antigas reivindicações de especialistas da área a espera de uma vontade política que as transforme em política pública efetiva.

Enquanto as mudanças não se efetivam, 1999 terminou com medidas "tampão", como a desativação de uma Unidade problemática e seus internos emergencialmente abrigados em penitenciárias, e se rebelando³⁴.

O que efetivamente se assiste é a uma incapacidade (ou falta de vontade política) governamental, em todas as instâncias de governo, para definir e executar políticas que eduquem e integrem socialmente os jovens, sobretudo nos degradados espaços de miséria urbana. Como assinalou Dimenstein³⁵: "preste atenção no noticiário e veja se alguma autoridade de expressão, do presidente, passando por governadores, prefeitos e parlamentares, discutem propostas para integrar o jovem com baixa renda e escolaridade ao mercado de trabalho. É como se a guerra já estivesse perdida, nada houvesse para fazer – exceto encaná-lo. ... Tenta-se colocar o 'lixo' embaixo do tapete"³⁶.

Governos Municipais

Especialistas nacionais e internacionais são unânimes em apontar o poder local como instância privilegiada para desenvolver políticas públicas de prevenção à delinqüência juvenil. No tocante a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, cidade sede da maior parte das ocorrências adolescentes, não há providência relevante a mencionar. A criação da Guarda Municipal foi sua "grande" contribuição à Segurança Pública, o que deixa bem claro o enfoque eminentemente policial dado à questão pela prefeitura paulistana.

Outra medida da PMSP amplamente divulgada pela mídia, sempre na linha repressiva, é a lei que obriga bares e restaurantes a cerrar portas à 1 hora da manhã. Há certa unanimidade quanto a ineficiência desta medida, de difícil fiscalização, e que pode até se tornar um incentivo a "pressões fiscalizadoras" sobre proprietários de estabelecimentos em bairros mais abonados, mas de eficiência nula em outras regiões da cidade. Até porque estudos da Secretaria da Segurança têm revelado que o horário de maior ocorrências criminais tende a ser entre 20 e 24 horas. Talvez não seja injusto dizer, portanto, que a prefeitura de São Paulo

³⁴ Encerrando o ano, em 26/12/99, 262 internos da Febem colocados no Cadeião de Santo André se rebelaram por 17 horas, com um saldo de um morto e sete feridos, um em estado grave. No dia 21, a Justiça havia mandado desocupar o local em 30 dias no máximo, por considerá-lo impróprio para receber menores. Até o dia 27, a Febem não cumprira a ordem, alegando falta de instalações seguras para a transferência. O promotor da Infância e da Juventude Ebenezer Salgado Soares afirmou que o local não tem condições de abrigar menores porque foi projetado para presos adultos sentenciados. Considerou a irresponsabilidade do governo do Estado a causa da rebelião, pois não poderia ter transferido internos do Complexo Imigrantes da Febem para penitenciárias (*Folha de São Paulo*, 28/12/99, pág. 3/3).

³⁵ Dimenstein, Gilberto; "Porque o Brasil é uma Fábrica de Marginais", *Folha de São Paulo*, 26/12/99, pág. 3/8.

³⁶ Colocaria como exceção o governo de Christovam Buarque no Distrito Federal, que criou a bolsa escola, buscando pelo menos reter alunos, pagando para isto. Embora importante e premiado, o programa foi suspenso por seu sucessor, Joaquim Roriz.

tem se concentrado mais em demagogia repressiva do que em desenvolver políticas públicas eficientes. E isto sem falar de sua crise de governabilidade, com o oscilante processo de impeachment do prefeito, durante 2000.

As diversas experiências pontuais que já tenham sido desenvolvidas por outras prefeituras do Estado ainda estão aguardando um levantamento abrangente das mesmas, para posterior avaliação.

8. CONFORMISMO OU OUSADIA PARA MUDAR: QUAIS OS CENÁRIOS POSSÍVEIS?

Algumas propostas governamentais tornadas públicas, desde meados de 1999, permitem ousar o desenho de possíveis cenários para as políticas de segurança pública, no tocante à juventude, em um futuro imediato.

Governo Federal

As propostas federais são tímidas e não se afastam das discussões mais habituais sobre repressão, incluindo-se aí o Plano Nacional de Segurança, lançado em meados de 2000³⁷.

Manifestações do Ministério da Justiça³⁸ têm valorizado a discussão de eventuais reformas no *Código Penal (Folha de São Paulo, 15/10/99)*, na linha resumida pelo quadro a seguir, tratando especificamente dos jovens no tocante ao item responsabilidade penal:

Contravenção	Situação atual	Porque mudar:
Uso de drogas	Dar um cigarro de maconha configura tráfico, considerado crime hediondo	Diminuir pena e descaracterizar como hediondo
Crime ecológico	Matar um animal dá prisão sem direito de fiança	Abrandar este tipo de pena
Estelionato	Estelionatário tem benefícios de longo prazo, caso se proponha a pagar o que roubou	Tornar esta punição menos branda
Responsabilidade penal	Menores infratores são soltos ao completar 18 anos	Infratores devem ser acompanhados quando atingem a maioridade
Crime hediondo	Seqüestro e narcotráfico dão prisão em regime fechado, sem direito à revisão da pena	Lei deve ser revogada, por estimular fugas e rebeliões em presídios
Pena alternativas	Recurso pouco utilizado	Diminuir lotação dos presídios

³⁷ Este plano, por ser nacional e amplamente divulgado pelo governo federal, merece uma avaliação mais aprofundada, tendo-se reproduzido aqui apenas o impacto de uma primeira leitura e a maioria das manifestações coletadas pela mídia, imediatamente após o anúncio do Plano. O governador de São Paulo, Mário Covas, chegou a comentar que São Paulo se compromete a diminuir a criminalidade – uma exigência do plano para oferecer maiores recursos aos governos estaduais –, desde que o governo federal, comandado por Fernando Henrique Cardoso, se comprometa a diminuir o desemprego. Considerando que presidente e governador são do mesmo partido, parece que nem no PSDB o Plano foi bem recebido.

³⁸ Ainda durante a gestão do Ministro José Carlos Dias, depois substituído por José Gregory, aparentemente por entrar em rota de choque com outros setores do governo federal. Sob este novo comando, está difícil avaliar como essa proposta terá prosseguimento.

Aparentemente, a proposta do Ministério da Justiça – MJ – é uma tentativa de se contrapor a uma idéia que ganha força na sociedade, já defendida por um grupo de parlamentares: diminuir a idade para responsabilidade penal para 16 ou 14 anos. Segundo o MJ, até a criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, em 1990, o extinto *Código de Menores* previa que o infrator que atingisse a maioria penal ficasse à disposição do juiz até completar 21 anos. O Ministério considera interessante aperfeiçoar este dispositivo. Também aventou a hipótese de nomear um grupo de juristas para repensar o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

No tocante a políticas públicas federais, existem situações ilustrativas: a verba do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, apresentou dificuldades, em 1999, em despender as verbas orçamentárias previstas (R\$18 milhões previstos), para apoiar estados e municípios no atendimento a adolescentes infratores: 86% dos recursos foram bloqueados em decorrência do ajuste fiscal; com os 2,5 milhões restantes foram assinados convênios no valor de 1,5 milhão, mas nada havia sido repassado até o começo de outubro, há três meses do encerramento do ano fiscal³⁹. O Ministério alega que as causas do bloqueio e do pouco uso do dinheiro é a falta ou a lentidão de apresentação de projetos pelos Estados. Eis aí mais um tema que mereceria um estudo e acompanhamento aprofundados.

Em 1999, o Ministério da Justiça, através de seu Departamento da Criança e do Adolescente, alertou o governo de São Paulo para a necessidade de reformular seus sistemas de justiça, segurança e atendimento ao menor infrator, com a implantação de delegacias, varas criminais privativas e defensorias públicas especializadas no trato de jovens infratores. Até aquele ano, isto já teria ocorrido em quase todos os estados brasileiros⁴⁰.

Governo do Estado

Não se detecta sinais de mudanças significativas de rota⁴¹, mantendo-se a ênfase na repressão⁴², acrescida de ações emergenciais, quando necessário.

Mas a Secretaria da Segurança declara-se contra a revisão das responsabilidades penais e considera inadmissível pensar em menores cumprindo pena em presídios junto com adultos.

³⁹ *Folha de São Paulo*, 21/10/99.

⁴⁰ *Folha de São Paulo*, 30/10/99.

⁴¹ Reportagem da *Folha de São Paulo* de 27/7/200 (pág. C11), por exemplo, destaca que o sindicato dos funcionários da Febem denuncia a ocorrência de práticas de violência sexual entre internos sob responsabilidade da Fundação —como no Cadeão de Pinheiros, onde 12 funcionários apenas atendem a 300 internos; e vítima que abrir a boca está jurada de morte.

⁴² Salvo algumas políticas preventivas excepcionais, como o Projeto Guri, criado em 1995 pela Secretaria da Cultura, que desenvolve o potencial de crianças e adolescentes carentes através da música, atendendo a 7.000 deles em 27 pólos do Estado. Na mesma linha se insere a prioridade que passa a ser dada em 2000 ao Ensino Médio, pela Secretaria da Educação, apoiada por agências internacionais.

No tocante à Fundação Estadual de Bem Estar do Menor – Febem – o discurso de resposta à crise aguda do segundo semestre de 99 menciona as seguintes medidas:

- O governador declara (em 29/10/99) que passa a assumir pessoalmente o comando da Febem e que vai dedicar metade do seu tempo com a entidade;
- Descentralizar e informatizar as unidades da Fundação;
- Desenvolver atividades de esporte e cultura nas unidades;
- Colocar procuradores e formalizar convênios com faculdades de Direito, para promover verificação processual de cada menor;
- Entregar novas unidades para reduzir a superlotação, ao longo do ano 2000;
- Criar unidades menores, de cerca de 80 vagas, que permitam desenvolver atividades sócio-educativas;
- Criar um estabelecimento específico para adolescentes viciados em drogas.

Após o anúncio dessas propostas, houve mudança no comando da Secretaria de Estado responsável e novos temas, como terceirização e municipalização, afloraram na pasta.

Desconhece-se ênfase em programas específicos de caráter preventivo e de reforço à cidadania. Em um ato de boa vontade, pode-se considerar a prioridade da Secretaria de Educação de expansão do Ensino Médio, a ser implantada a partir de 2000, com apoio de recursos internacionais, como um bom programa preventivo.

Além deste desolador espectro de políticas públicas, qualquer tentativa de prever o futuro da delinqüência juvenil no Brasil passa por uma reflexão sobre os cenários de violência social predominantes (a curto e médio prazos), considerando-se outros fatores intervenientes, de ordem econômica, política e social, assim como iniciativas da sociedade civil. O Estado pode reagir de diferentes maneiras a essas diversas situações, do que resultam diferentes cenários possíveis:

- a) resposta conservadora, com objetivos imediatos, basicamente apoiada na **repressão** à criminalidade pela polícia e por uma legislação dura;
- b) resposta transformadora, valorizando igualmente metas a médio e longo prazos, **apoiando ações diversificadas** que valorizem a prevenção da criminalidade, bem como a atuação da polícia associada com outras instâncias de organização pública e privada.

Cenário Conservador

A predominar este cenário, a situação da criminalidade tende a ser tratada essencialmente como um estado de guerra.

A ocorrência criminal que mais atemoriza a sociedade e suas autoridades é a que envolve delitos contra a propriedade antecidos de violência, nos quais jovens delinquentes são especialmente temidos, porque considerados fora de controle, por suposto envolvimento com drogas e *gangs* (grupos). O cenário conservador tende a deixar em segundo plano outros crimes, mesmo que resultem em tantas ou mais vítimas fatais – como acidentes de trânsito e atropelamentos, chacinas ou mesmo crimes ecológicos. Isto sem falar na “vista grossa” com relação a crimes de colarinho branco, que podem atingir negativamente a vida de todos os cidadãos, muitas vezes com conseqüências de vida ou morte. O que faz mais vítimas, furtos e roubos ou superfaturamento em obras públicas, fiscais da prefeitura corruptos, postos de saúde do Plano de Assistência à Saúde – PAS – da Prefeitura desativados por improbidade administrativa?

Para o pensamento conservador, parece mais grave um carro roubado do que corrupção em órgãos públicos, suborno de parlamentares no Congresso Nacional, tortuoso processo de privatização de empresas etc.

E neste cenário, o temor social ao roubo e furto passa a ser tão forte, que pode sofrer um efeito multiplicador que resulte no entendimento generalizado de que, para resolver o problema da delinquência, aí incluída a juvenil, deve-se aumentar a confrontação e o castigo. Para não falar em movimentos de defesa da pena de morte. Também serve de adubo à proliferação de grupos paramilitares de justiceiros, para “limpar as ruas”.

Nesta visão de mundo, delinquentes não têm qualquer direito, devem ser sumariamente julgados, com aplicação irrestrita de prisão preventiva e penas severíssimas. Qualquer preocupação com direitos humanos e convenções internacionais de Direito equivale a “dar pão de ló para bandido”. O pensamento conservador tende a considerar um luxo desnecessário as garantias processuais que permitem a correta aplicação da lei para todos (inclusive delinquentes).

E esta percepção acaba permeando tanto diversas camadas da sociedade civil, como organismos encarregados da Justiça e de ressocialização.

O pensamento conservador não considera que os sistemas penais mais repressivos, que desconhecem os direitos dos acusados, não têm se revelado mais eficientes para tutelar os direitos do cidadão comum e, ao contrário, tendem a aumentar a violência e a impunidade. Regimes militares repressores, como ocorreram recentemente na América Latina, são exemplo disto: não só deixaram muitos cidadãos desamparados⁴³, como estimularam ou criaram órgãos públicos de segurança habituados a atuar acima da lei, muitos deles truculentos e/ou corruptos, que deixaram seqüelas e suspeitas sobre a Polícia e mesmo o Exérci-

⁴³ Um Secretário da Segurança paulista à época (Dr. Gonzaga), não hesitou em sugerir que as pessoas andassem armadas, se queriam segurança. Outro, o Coronel Erasmo Dias, não pensou duas vezes antes de mandar invadir a Pontifícia Universidade Católica-PUC, causando várias vítimas, já que muitos estudantes eram de oposição ao governo autoritário.

to⁴⁴, que ainda persistem. O autoritarismo abriu espaço para impunidade e desvirtuamentos nos órgãos de segurança latino-americanos, pois foram autorizados (ou assimilados) assassinatos realizados por organismos do Estado.

Difícil crer que nasça, neste caldeirão nebuloso, uma Polícia democrática, comunitária e respeitadora da cidadania. O mais provável é a proliferação de episódios de policiamento selvagem – como na chacina da Candelária, no Rio de Janeiro – e a permanência de uma fronteira fluída entre Polícia e crime, como têm revelado os inúmeros episódios de policiais envolvidos com criminalidade.

Em um cenário conservador, as respostas habituais ao problema da delinqüência juvenil costumam ser:

- Aumentar e militarizar a polícia;
- Aumentar e endurecer as penas;
- Aumentar o número de pessoas detidas.

A continuar a linha atual de atuação das diferentes instâncias de governo no Brasil, este será o cenário predominante na virada do século.

Cenário Transformador

- Considera que o problema da violência e da criminalidade é complexo e extrapola o âmbito da repressão e do castigo;
- Assume também a prevenção, em vez de concentrar só repressão, como política de governo, envolvendo esforços institucionais de peso e consistentes;
- Concorde que o endurecimento penal nunca mostrou mais eficácia para diminuir os níveis de delinqüência, pois o tamanho da pena só costuma intimidar eventuais praticantes de alguns tipos de crimes – como consumo de drogas e homicídio –, não existindo uma relação comprovada entre gravidade da sanção e desestímulo ao ato criminoso, como bem comprova a proliferação de traficantes de drogas no mundo todo;
- Não “joga todas as fichas” da área de segurança em um maior número de detenções, na rápida retirada de circulação, muitas vezes sem respeito ou critério, do maior número de bandidos. Considera que não está comprovado que quanto mais presos existem, menos delitos ocorrem, pois os Estados Unidos, campeões em número de cadeias e de criminalidade, comprovariam o contrário, enquanto estudos mostram que países que exacerbam na prisão preventiva não só não diminuem a criminalidade, como criam novos problemas, como a superlotação prisional e suas notó-

⁴⁴ Vide o rumoroso caso da bomba que explodiu no Rio Centro, durante um show popular para multidões, e que só não virou uma chacina porque o dispositivo explodiu antes, nas mãos dos militares que o ativaram.

rias conseqüências nefastas – a prisão, mais do que reeducar, é uma escola de crimes e fonte de rotulamento de quem por lá passou, transformando muitos presos em criminosos mais perigosos e de difícil reinserção social;

- Minimiza o uso do sistema de Justiça tradicional e do encarceramento, estimulando outras soluções e meios de ajuda a delinqüentes, antes de colocá-los em frente do juiz;
- Valoriza a aplicação de penas alternativas;
- Está sempre alerta para que a punição não seja desproporcional ao delito cometido;
- Garante ao menor infrator todos os direitos humanos;
- Estimula a ação em outras áreas de políticas públicas, procurando e testando alternativas viáveis no campo da prevenção e reinserção social;
- Profissionaliza e especializa uma polícia para menores.

Em apoio a uma postura transformadora, o Banco Mundial destaca cinco áreas de políticas públicas a serem prontamente consideradas para reverter uma epidemia de violência na América Latina, pois um fracasso neste combate pode se transformar em obstáculo intransponível para se alcançar o desejado crescimento econômico e social.

São elas:

- redução da pobreza urbana (melhor remuneração, mais emprego);
- esforços específicos junto a “grupos de risco”, privilegiando-se camadas mais vulneráveis, como adolescentes e mulheres;
- esforços para construir e reconstruir o capital social;
- **reforço da capacidade municipal de enfrentar o crime e a violência**, incluindo programas que envolvam a comunidade;
- reformas do sistema de justiça criminal.

Pelas respostas institucionais mais visíveis no atual cenário brasileiro e paulista, a condução pública da questão da criminalidade jovem não aponta, a curto prazo, para um cenário transformador. E certamente as escolhas feitas terão conseqüências decisivas no tocante à coesão do tecido social e à qualidade e segurança da vida brasileira. Sempre há uma possibilidade de que a ação de algumas parcelas da sociedade (ONGs, associações de classe, clube de mães, entidades religiosas, universidades etc.), a pressão de poderosas agências financiadoras internacionais e/ou mudanças políticas significativas consigam introduzir, a médio prazo, elementos transformadores na tendência hegemônica atual. Mas permanece a ameaça de que as coisas ainda possam ficar dramaticamente mais conservadoras, caso a população em desespero reaja à insegurança social votando maciçamente em políticos de conduta ética questionada, fantasiados de xerife e espumando pela pena de morte. Não creio em bruxas, *pero que las hay, las hay...*